

O ENCONTRO DE HIRAM ABIFF COM BENJAMIN NA CASA DE RICOEUR:

Diálogo entre a dialética de Walter Benjamin, que propõe restaurar a justiça aos perdedores e esquecidos, a proposta de Paul Ricœur de considerar os mitos e símbolos como objeto da narrativa histórica, e a tradição maçônica em seus diversos Ritos

(THE MEETING OF HIRAM ABIFF WITH BENJAMIN AT RICOEUR'S HOUSE: Dialogue between the dialectic of Walter Benjamin, who proposes to restore justice losers and forgotten, the Paul Ricœur's proposed to consider the myths and symbols as objects of historical narrative, and the Masonic tradition in its various Rites)

Hugo Studart & Kennyo Ismail¹

Resumo

Este ensaio propõe tecer um diálogo entre os pensamentos dos filósofos Walter Benjamin e Paul Ricœur com as alegorias e mitos que vêm sendo preservados pela Maçonaria através de seus rituais. Apresenta uma síntese da dialética benjaminiana e de seu modelo científico de História Integral, que propõe a missão de restaurar a justiça através da rememoração dos pequenos, perdedores e anônimos, que acabaram esquecidos pelas Filosofias da História hegeliana, marxista e positivista. O ensaio busca igualmente tecer um diálogo com Ricœur na defesa do uso das fontes pré-filosóficas, como o mito, o rito, os símbolos (fundamentos das ordens iniciáticas) como fonte científica e objeto da narrativa histórica.

Palavras-chaves: Maçonaria; Walter Benjamin; Paul Ricœur; História Integral; mitos; ritos.

Abstract

This essay purposes a dialogue between the ideas of the Philosophers Walter Benjamin and Paul Ricœur with allegories and myths that have been preserved by Freemasonry through its Rituals. It presents a synthesis of the benjaminian dialectic and his scientific model of Integral History, that proposes the mission of restore the justice through the review of small, loser and anonymous people who were forgotten by the Philosophies of Hegelian, Marxist and Positivist Histories. The essay also aims to promote a dialogue with Ricœur in defense of the usage of pre-phylosophical sources, such as myths, rites, the symbols (basis of iniciatic orders) as scientific sources and object of the Historical Narrative.

Keywords: Freemasonry, Walter Benjamin, Paul Ricœur, Integral History, myths, rites.

¹ **Hugo Studart** é mestre e doutor em História Cultural pela UnB, jornalista político e professor da Universidade Católica de Brasília. E-mail: studart@studart.blog.br. **Kennyo Ismail** é administrador pela UnB, com mestrado em Administração pela EBAPE-FGV, sendo professor titular e coordenador adjunto do curso de Administração do IESGO. E-mail: kennyoismail@gmail.com

Introdução à narrativa de Benjamin

Walter Benjamin era crítico literário, filósofo, romanista, grafólogo, teórico das artes, da tradução e, por fim, da história. Nascido alemão de origem judaica, estudou com místicos cabalistas até se converter ao marxismo. Pregava a sociedade sem classes, mas recusava-se a se organizar em partidos. E embora tenha sido um materialista histórico, sua obra nem sempre se encaixa nos cânones do marxismo dialético. Deixou de legado uma obra "fragmentada, inacabada, às vezes hermética, frequentemente anacrônica e, no entanto, sempre atual", nas palavras de Löwy, que ocupa um lugar "singular, realmente único, no panorama intelectual e político do Século XX" (LÖWY, 2005, pág 13).

Na América Latina, Benjamin tem sido considerado cada vez mais o "Filósofo das Vanguardas" por conta de sua tendência à ruptura e ao novo, sua rejeição ao dogmatismo e ao cientificismo das academias de seu tempo, por sua ousadia de tentar inventar novas imagens para pensarmos nossos limites e fronteiras, como também pelo seu método transdisciplinar de pensar as Ciências Humanas, tendência da pós-modernidade, mas que Benjamin já a pregava e praticava nos anos 1930. Por conta dessa heterodoxia, até a presente data a maior parte das academias europeias de Filosofia não incluiu sua obra entre os cânones do pensamento moderno.

Certa feita, Walter Benjamin enviou um ensaio sobre Baudelaire a Theodor Adorno para que o publicasse na *Revista de Pesquisa Social*, do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Era o ano de 1938. Adorno recusou o texto e mandou Benjamin reformulá-lo por inteiro. Ocorreu então uma antológica troca de correspondências entre eles, até então grandes amigos, patrícios no judaísmo e camaradas no marxismo.

A crítica de Adorno foi dura, ácida, corrosiva. Acusou o texto de "teológico" e de conter uma "representação deslumbrada da facticidade". Apontou principalmente "a falta de

um diálogo maior da narrativa livre de Benjamin sobre os choques dos transeuntes nas ruas obstruídas de Paris e o ritmo marcado dos versos baudelairianos" sem que houvesse "uma mediação mais global por trás dessas associações esclarecedoras, mas não sempre desprovidas de certa arbitrariedade" (GAGNEBIN, 1993, pág 22).

Estava cobrando, primeiro, menos poesia e mais teoria. E teoria, para Adorno, é um diálogo com a dialética marxista, a mediação através de um processo global, uma explicação totalizante dos fatos, enfim, uma Filosofia da História. Mais que isso, Adorno cobrava racionalidades, mais pensamento racional.

A renúncia à teoria afeta a empiria. De um lado, essa renúncia confere à empiria um traço falsamente épico, de outro, tira dos fenômenos seu verdadeiro peso histórico-filosófico, transformando-os em fenômenos experienciados de maneira unicamente subjetiva. (...) Para falar de uma maneira drástica, poder-se-ia dizer que o trabalho se alojou no cruzamento da magia com o positivismo. É um lugar enfeitado: só a teoria conseguiria romper o feitiço. (Grifo nosso); (GAGNEBIN, 1993, pág. 8-10).

Benjamin rebateu a carta de forma igualmente dura. Defendeu a "representação deslumbrada da facticidade" como "a atitude autenticamente filológica". Benjamin não respondeu à principal objeção de Adorno, a ausência de dialética e de uma mediação totalizante. Adorno venceu aquela discussão. Quanto a Benjamin, não teve a sorte louca de usufruir, ainda em vida, do reconhecimento acadêmico da maior parte de seus pares. Faleceu

logo depois, em 1940².

Assim como a contemporânea *École des Annales* de Lucien Febvre e Marc Bloch, Benjamin foi crítico ácido do historicismo positivista do século XIX, e do modelo de escrita da História que privilegiava os documentos criados pelo aparato do Estado. Essencialmente, ele negou as possibilidades de uma História segundo a concepção historicista-positivista, representada pela célebre frase de Ranke – a tarefa do historiador seria, simplesmente, apresentar o passado “tal como ele propriamente foi”. Foi também um crítico contundente e bem fundamentado da interpretação da história como progresso, a essência do “marxismo evolucionista vulgar” (*Apud*: LöWY, 2005, pág. 23) e, ainda, da ideia da neutralidade científica.

Segundo Benjamin, o historiador pretensamente neutro, que tem por objetivo os fatos “reais”, em verdade estaria apenas confirmando a visão dos vencedores. Sua proposta é a de tecer uma narrativa histórica inspirada na crônica cotidiana, que busca valorizar os pequenos e os vencidos.

Assim, e ainda que muitas daquelas ideias estivessem sendo efetivadas paralelamente pelos franceses dos *Annales*, Benjamin estava além de seu tempo. Para contemporâneos como Adorno, sobretudo seus colegas estruturalistas da Escola de Frankfurt, aquelas ideias soavam como magia, como pensamento não racional, feitiço a ser exorcizado, “factualidade” deslumbrada da realidade. Em carta a Hannah Arendt, após a morte de Benjamin, Adorno tenta homenagear o

amigo – mas sempre com ressalvas:

A meu ver, o que define o significado de Benjamin para minha própria existência intelectual é evidente: a essência de seu pensamento enquanto pensamento filosófico. Jamais pude encarar sua obra a partir de outra perspectiva (...). Certamente estou consciente da distância entre seus escritos e toda a concepção tradicional da filosofia...(*Apud*: LöWY, 2005, pág. 13).

Curiosamente, os principais pontos do pensamento de Benjamin ficariam adormecidos por quase três décadas. Benjamin só seria redescoberto, começado a ser analisado e compreendido a partir de Maio de 1968, na França. Na sequência, em 1972, sua obra completa foi publicada em alemão. Curiosamente, foi no Brasil que Benjamin encontrou maior ressonância, com a ascensão de novas escolas e abordagens históricas, especialmente entre os adeptos da Teologia da Libertação³.

Ironicamente, e para desgosto dos adeptos de Adorno e dos marxistas em geral, uma coletânea de ensaios de Benjamin publicados na Alemanha com o título original *Auswahl in drei banden* (“Seleção em três bandas”, ou “Seleção em três volumes”, em

² A versão mais difundida sobre sua morte é a de que teria cometido suicídio (1892-1940). Benjamin estava no grupo de judeus que tentava fugir da França ocupada pelos nazistas para a Espanha. Quando chegaram aos Pireneus, o grupo foi impedido de prosseguir pela polícia do ditador Francisco Franco. Temendo ser entregue à Gestapo, Benjamin teria cometido suicídio na madrugada de 26 para 27/09/1940. O incidente teria chamado a atenção das autoridades locais, que terminaram por permitir a passagem do grupo, que conseguiu, ao final, chegar a Portugal.

³ Registramos que, no Brasil, Benjamin encontrou grande ressonância por conta da Teologia da Libertação, a partir dos estudos do sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy, na década de 1980. Ele é amigo do teólogo Leonardo Boff. Foi a partir desse contato intelectual entre os dois, Löwy e Boff, que Benjamin passou a ser cultuado no país, inicialmente entre os adeptos da Teologia da Libertação; depois, nas academias da América Latina. Destaco também, para a difusão da obra benjaminiana no Brasil, os trabalhos da suíça Jean-Marie Gagnebin, professora de Filosofia da Unicamp e da PUC-São Paulo. Destaque-se que Gagnebin é autora de seis livros sobre Benjamin e coautora da tradução das teses de Benjamin “Sobre o Conceito de História”, em parceria com o professor de Filosofia, Marcos Lutz Muller, também da Unicamp.

tradução livre), recebeu na edição brasileira o título de *Walter Benjamin – Obras Escolhidas Vol. I: Magia e técnica, arte e política* (BENJAMIN, 1994).

Crônica, alegorias e rituais maçônicos

Homem à frente de seu tempo, Benjamin deixou alguns legados relevantes. Um deles foi resgatar a tecitura poética na narrativa histórica, como se fosse uma crônica. Em suas teses “Sobre o Conceito de História”, Tese 3, Benjamin defende a relevância do cronista do cotidiano como o narrador da História:

O cronista narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour* – e esse dia é justamente o juízo final”. (Grifo nosso); (BENJAMIN, 1994, pág 223)

O cronista de Benjamin é o historiador dos fragmentos, narrador de uma história que busca registrar também os detalhes, por mais insignificante que possa parecer. Benjamin defendia um modelo de História que ele batizou de “integral” (BENJAMIN, 2009): “Uma história que não exclui detalhe algum, acontecimento algum, mesmo que seja insignificante, e para a

qual nada está perdido” (LÖWY, 2005, pág. 54). Assim, escolheu o cronista porque ele representa a história “integral” que ele afirma ser seu desejo⁴.

É nesse ponto que, apesar dos historiadores maçons se renderem à cartilha do historicismo positivista, deve-se levar em consideração que, mesmo seguindo à risca a objetividade de tal método, o fundamento cronista da historicidade benjaminiana é o que tem, de certa forma, salvo a história maçônica brasileira. Como exemplo, tem-se a versão maçônica da Independência brasileira, tendo por ápices personagens como Gonçalves Lêdo, reuniões maçônicas pré-independência, proclamação maçônica em teatro paulistano, e tantos outros detalhes que recebem destaque nos registros maçônicos, sem qualquer pretensa neutralidade positivista e, principalmente, totalmente ignorados nos livros de história convencionais.

Essa narrativa histórica poética e fragmentada, preconizada por Benjamin, pode também ser facilmente compreendida nos rituais maçônicos anglosaxônicos, mais especificamente no Rito de York, que, apesar de mais antigo, parece seguir o raciocínio benjaminiano ao narrar fatos históricos de forma poética e ousar fugir da ordem cronológica em prol da reflexão filosófica.

Para se ter uma melhor visualização de tal afirmativa, apresentamos o quadro comparativo a seguir, em que se pode ver a evolução narrativa da construção, destruição e reconstrução do Templo de Salomão, tanto na trama maçônica yorkiana como na ordem cronológica apresentada nas tradições judaico-cristãs. A narrativa parte do grau de Companheiro Maçom, e não do de Aprendiz, visto a menção ao Templo de Salomão começar no segundo grau e não no primeiro.

⁴ Löwy esclarece que Benjamin utiliza a expressão “história integral” tanto com o objetivo de reconstruir o detalhe, quanto o pequeno, o perdedor. Usa essa expressão no sentido de redenção, dentro do contexto do messianismo político e do sonho como porta de passagem para a redenção. Löwy, id., ib.

Quadro 1. Comparativo entre trama yorkiana e ordem cronológica

ORDEM DA TRAMA		ORDEM CRONOLÓGICA	
2	Companheiro Maçom	2	Companheiro Maçom
3	Mestre Maçom	4	Mestre de Marca
4	Mestre de Marca	9	Mestre Escolhido
5	Past Master	8.1	Mestre Real - 1a. Parte
6	Mui Excelente Mestre	3	Mestre Maçom
7	Maçom do Real Arco	8.2	Mestre Real - 2a. Parte
8.1	Mestre Real - 1a. Parte	6	Mui Excelente Mestre
8.2	Mestre Real - 2a. Parte	5	Past Master
9	Mestre Escolhido	10	Super Excelente Mestre
10	Super Excelente Mestre	7	Maçom do Real Arco

Fonte: elaborado pelos autores.

O filósofo francês Paul Ricoeur, por sua vez, nos apresenta uma obra igualmente aguda de ressignificados, valores e conceitos, sobretudo em seus estudos sobre a narrativa histórica. Para os adeptos das Ciências Pós-Modernas e da História Cultural, Ricoeur é considerado um dos mais relevantes pensadores do Século XX, autor de uma obra monumental, profunda e consistente, que busca valorizar o ser humano em sua dimensão simbólica⁵. Contudo, como Benjamin, Ricoeur estava à frente do seu tempo. Era tão combatido (ou desprezado) por seus colegas da Academia, em um tempo de total hegemonia daquele pensamento que Benjamin já havia definido por marxismo evolucionista vulgar, que chegou a ser exilado em um campus da Universidade de Sorbonne no interior da França, acusado de ser de “direita”. Em um episódio constrangedor, o filósofo Louis Althusser, principal representante do estruturalismo francês, chegou a trocar de calçada, diante dos alunos e professores de Sorbonne, para não ter o desprazer cruzar com o colega. Contudo, ao contrário de Benjamin, Ricoeur teve a sorte louca de poder usufruir do reconhecimento ao final da vida, especialmente após a queda do Muro de Berlim.

Mais que um fenomenólogo, ele é um hermeneuta, cujo objetivo é reinterpretar o homem. Para Ricoeur, a hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação de textos. A partir dela, compreende o tempo, a ação e a identidade humanas, incluindo a ética e a justiça. O tempo, argumenta, não tem função própria, a não ser o de indicar a organização da narrativa por meio de seus indícios, tais como os modos de tempos verbais. O tempo para Ricoeur, enfim, é uma construção

humana.

Assim como o pioneiro Benjamin, um dos aspectos marcantes de Ricoeur vem do fato de ter buscado, sem preconceitos aparentes, auxílio onde outros filósofos se recusaram a ir. Vai atrás de fontes pré-filosóficas, como o símbolo e o mito. Vai atrás de rastros do humano, dos vestígios, daquilo que ele mesmo define como “fala balbuciante”. Para ele, os símbolos humanos poéticos e sacros são fontes de inspiração. Ricoeur apresenta o conceito do “traço”, segundo o qual não há representação memorial sem traços.

A palavra, do latim *tractus*, refere-se a pegadas, a uma sequência de impressões deixadas pela passagem de um animal, o que permitia funcionar como testemunho e indício. Quando o autor utiliza o termo “traço”, usa-o como uma conotação alargada, como qualquer vestígio humano, voluntário ou involuntário, material ou imaterial. O “traço” tanto pode estar inscrito na mente, como deixado em seu exterior, como meta-memória, como representação de seu tempo, inscrita em um rito coletivo, ou em um monumento. Desse modo, entendendo os documentos históricos como traços, vestígios de um tempo em outro tempo. Da mesma forma, todo monumento é traço do passado cujo

⁵ Dentre suas obras, destacam-se: *Filosofia da Vontade*; *O Homem Falível*, *A Simbólica do Mal* e *A Metáfora Viva*, *Tempo e Narrativa*, de três tomos e *A Memória, a História e o Esquecimento*, cujos preceitos vêm fundamentando a *Justiça de Transição* e as *Comissões da Verdade* de todo o mundo.

objetivo é ressuscitar a memória, o rito de *re-cordare* (de *cor*, coração) e *co-memorar*. Comemorar, enfim, é um ato de recordar (RICOEUR, 2010, pág. 205-207).

Ricoeur, como Benjamin, abandona a concepção da história dita "científica" para defender a narrativa poética e ficcionista. Ele lembra que o holocausto judaico, por exemplo, estaria muito além da capacidade de ser representado por um historiador. Portanto, para esse caso e outros, é preciso buscar apoio na arte. Segundo Ricoeur, o mural *Guernica*, de Picasso, representaria a tragédia da Guerra Civil Espanhola de forma mais precisa do que qualquer narrativa histórica seria capaz de fazê-lo.

Essa ideia de Ricoeur é muito próxima da ideia apresentada por Jung, de que o amor de mãe para com seu filho jamais seria compreendido por palavras ou descrições objetivas, como números ou letras. Em vez disso, podemos, ao invés de escrever sobre tal amor, apenas apresentar o conhecido símbolo do coração. Deste modo, mesmo que parcialmente, a noção que teremos a respeito do amor de uma mãe para com seu filho será muito mais próxima do que as expressadas por meras palavras (JUNG, 2011).

Corroborando com essa perspectiva da relevância simbólica, temos a definição mais comum de Maçonaria como "um belo sistema de moralidade velado em alegoria e ilustrado por símbolos" (GUNN, 2008; ZELDIS, 2011). Essa definição é derivada de outra, de autoria de William Preston (1867, pág. 37), que considera a Maçonaria "um sistema regular de moralidade, concebido em uma tensão de interessantes alegorias, que desdobra suas belezas ao requerente sincero e trabalhador".

A grande obra-referência de Ricoeur é "*Tempo e Narrativa*", monumental compêndio, de três grossos volumes, publicados originalmente entre 1983 e 1985, em França. Nessa obra, simbolicamente, ele não começa com Aristóteles, de quem só vai tratar no segundo capítulo. Mas inicia com Santo

Agostinho e suas *Confissões*, onde o teólogo só trata Deus por "tu", na segunda pessoa do singular, com impressionante intimidade, portanto. Ricoeur aproveita a deixa para tratar da questão da sinceridade nas obras históricas, até chegar à principal hipótese da obra: história seria fictícia ou ficção seria histórica?

Assim, lembra que a palavra "História" sempre comportou dois significados. O primeiro é o de "acontecer". O outro é o de "narrar". Outro ponto peculiar é a redefinição do lugar das narrativas de ficção. Para o autor, a identidade narrativa aparece num contexto bem mais amplo. Assim, ele busca a narrativa de ficção que a Filosofia relegou para valorizar, tão somente, conceitos. Ricoeur propõe a leitura filosófica das narrativas de ficção e dá, às mesmas, valor heurístico.

Aponta o ato de leitura como um momento interpretativo caracterizador tanto das narrativas históricas quanto da ficção. Assim, a ficção assemelha-se à história por lidar com acontecimentos irreais como se fossem fatos passados, isso por meio da voz narrativa. Tanto quanto a história assemelha-se à ficção por relatar acontecimentos reais, criados pela narrativa.

Ricoeur, então, propõe rever a concepção do que sejam "verdade" e "realidade" para poder ver o que está por trás das narrativas ficcionais. Assim, as narrativas passariam a oferecer possibilidades de experiências do tempo, que não resistem à linearidade. Ricoeur defende a ideia de que o entrecruzamento da narrativa histórica com a ficção configura nossa própria experiência, ou seja, constitui nossa própria "identidade narrativa", que tem uma dimensão que não é estritamente veraz, mas a dimensão de elementos fictícios e de construção poética. História e literatura se aproximam, pois ambas emergem da memória e trabalham com a narrativa. Mas o pensador faz uma distinção entre os dois campos. "*A ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia. (...) O grande historiador é aquele que consegue tornar aceitável uma nova maneira de seguir a*

história” (RICOEUR, 2010, pág. 222).

O imaginário representa, para Ricœur, o ponto fundamental para a construção da História. História e ficção, ambas matrizes de pensamento, recorrem às mediações imaginárias na refiguração do tempo, o que justifica, por exemplo, os empréstimos tomados da literatura pela história. Para ele, é a *mimesis* que efetua a ligação entre a Ética (real) e a Poética (imaginário). O tecer da intriga projeta um mundo. E pergunta: *“Se perdermos a inteligência narrativa, essa capacidade de articular presente, passado e futuro, não perderíamos nossa capacidade de projetar?”* (RICOEUR, 2010, pág. 232).

Em um dos capítulos de *Tempo e Narrativa*, “Em Defesa da Narrativa”, Ricœur trata, essencialmente, da aproximação entre a história e a narrativa. Segundo ele, isso nasceu da conjunção de dois movimentos do pensamento. Primeiro, o enfraquecimento do modelo nomológico⁶. Em paralelo, houve uma reavaliação da narrativa e de suas fontes de inteligibilidade.

Para os defensores do modelo científico nomológico, a narrativa era um modo de articulação elementar e pobre demais para pretender explicar. Para eles, a narrativa só tem um caráter episódico e não tem caráter configurante. É por isso que, entre história e narrativa, viam uma ruptura epistemológica. Ricœur, por sua vez, destacou-se como um crítico das tendências positivistas, tendo enfatizado que os modelos explicativos das ciências naturais são insuficientes nas ciências humanas.

Em sua argumentação em defesa na narrativa, Ricœur busca explicar, afinal, “como se

escreve a história”? Ele vai então buscar em Paul Veyne uma proposta de método de escrita da história, espécie de meio-termo, o entrecruzamento da narrativa histórica e da ficção literária que, na visão de Ricœur, constitui nossa “identidade narrativa”. Segundo Veyne, lembra Ricœur, a história não tem método, mas haveria, sim, uma história crítica, outra tópica.

Não seria esse o cerne da narrativa maçônica em muito de seus ritos? Em que personagens da história bíblica, como Salomão, Hiram Abiff, Adonhiram e Johaben sobrevivem em lendas maçônicas, repletas de ensinamentos morais?

Ele busca então aproximar as duas histórias, admitindo, de um lado, que a noção de intriga não está ligada à história factual, mas que há intriga igualmente na história estrutural. Então propõe ao historiador que rebaixe a pretensão explicativa, e eleve a capacidade narrativa. Apesar de uma boa narrativa, muitas vezes, ser explicativa. A força do pensamento de Veyne, segundo Ricœur, é ter conduzido até esse ponto crítico a ideia de que a história é só construção e compreensão de intrigas.

A construção da intriga é uma das propostas relevantes do pensamento de Ricœur: para ele, o papel mais importante do historiador é conseguir construir uma boa trama. Afinal, a documentação e as fontes orais estão disponíveis para todos. Mas cada historiador entrelaça os fatos históricos de acordo com sua visão singular dos acontecimentos, construindo cada qual uma intriga diferente. Ainda de acordo com Ricœur, explicar, para um historiador, é defender suas conclusões contra um adversário que invocaria outro conjunto de fatores para sustentar sua tese⁷.

⁶ Nomológico vem da palavra grega *nomos*, Lei. O método (modelo) dedutivo-nomológico é uma visão formalizada da explicação científica em linguagem natural. Caracteriza as explicações científicas primariamente como argumentos dedutivos com, ao menos, uma lei natural entre as premissas. O método é conhecido por muitos nomes, incluindo “método da lei de cobertura”, “modelo Hempel-Oppenheim” e “modelo Popper-Hempel”. Esse método foi inicialmente formalizado por Carl Hempel e Paul Oppenheim em artigo de 1948. Depois, Karl Popper teceu um esboço disso em 1959.

⁷ Nesse ponto, Ricœur segue a mesma linha de pensamento de Benjamin, e que levou Adorno a acusá-lo de “representação deslumbrada da facticidade”, de “cruzamento da magia com o positivismo”.

O historiador, aqui, segue mais a lógica da escolha prática do que a suposta dedução científica. Uma descrição completa de um acontecimento deveria, então, registrar tudo o que aconteceu, na ordem em que aconteceu. Mas quem poderia fazê-lo? Só um "Cronista Ideal" poderia ser a testemunha absolutamente fiel e certa desse passado inteiramente determinado. Em relação a esse ideal de descrição completa e definida, ainda segundo Ricoeur, a tarefa do historiador seria somente eliminar frases falsas, reestabelecer a ordem perturbada das frases verdadeiras e acrescentar o que faltasse ao testemunho.

Explicar e descrever – no sentido da frase narrativa – são tidos muito tempo como indiscerníveis. (...) Uma lista de fatos sem ligações entre si não é uma narrativa (crítica à história positivista). É por isso, também, que descrever e explicar não se distinguem. Ou, segundo a forte expressão de Danto, 'a história é de uma só peça'. O que se pode distinguir é a narrativa e as provas materiais que a justifica: uma narrativa não se reduz a um sumário de seu próprio aparato crítico. Mas a distinção entre narrativa e seu suporte conceitual ou documental não consiste em distinguir dois níveis de composição. Explicar porque alguma coisa aconteceu e descrever o que aconteceu coincidem (RICOEUR, 1994, pág. 248).

Não restam dúvidas de que todo trabalho historiográfico finda em um texto, a escrita da História. A escrita também é um produto do conjunto de representações e de valores de seu próprio tempo. Para Ricoeur, assim como para Benjamin, cabe ao historiador descrever e interpretar os fatos. Assim, descrevendo e

interpretando, ele constrói a narrativa, a intriga histórica. A reflexão é do pensador lusitano Fernando Catroga, intérprete de Ricoeur e autor de obra sobre a história da maçonaria: *"Daqui deriva o grande e incontornável paradoxo da escrita da história: se ela pretende narrar 'tal como aconteceu', só poderá fazer na linguagem do tempo de quem interroga os restos sígnicos do que passou"* (CATROGA, 2009, pág. 128).

Estas considerações, enfim, levaram à arena movimentos de revisão ou de ruptura com os modelos e os paradigmas "científicos", que têm se posicionado sob o lema do regresso da narrativa, ou do sujeito, ou do regresso da própria historiografia ao seu antigo estatuto de um saber que, afinal, estará mais próximo da literatura do que dos paradigmas de qualquer ciência. Nesse ponto, destaco a necessidade de abrir diálogo com as contribuições de Walter Benjamin, Paul Veyne, Hayden White e Paul Ricoeur. Mais uma vez, Catroga com a palavra:

Hoje, os historiadores já não podem pensar que a sua escrita é um mero veículo extrínseco à verdade descritiva: como em todos os domínios, o pensamento sobre o passado é uma linguagem e historiar é 'contar uma história', é construir uma ordem narrativa em que a forma também é conteúdo (CATROGA, 2009, pág 128).

Em conclusão, nesse ponto o pensamento de Ricoeur se aproxima ao de Benjamin, para quem "o cronista é o narrador da História".

O conceito de memória em Benjamin

Da mesma forma que as propostas de Benjamin para a narrativa histórica só podem ser compreendidas dentro de suas críticas à perspectiva evolucionista e totalizante da História, que só costuma ter olhares para os

heróis e vencedores, em prejuízo dos anônimos. Igual ressalva se faz quanto ao conceito benjaminiano de memória. Em outras palavras, o conceito de memória (*mimesis*) presente no pensamento de Benjamin guarda uma relação igualmente intrínseca com sua rejeição às dialéticas evolucionistas.

Aqui retomamos os personagens amplamente explorados nos ritos maçônicos, como Hiram Abiff, Adonhiram e Johaben, praticamente anônimos na narrativa judaico-cristã e que ganham destaque nas narrativas maçônicas.

Ora, o tempo evolucionista é contínuo, linear. Esse modo, as análises históricas se direcionam do ontem para o hoje. A História Universal da Humanidade costuma ser contada da Pré-História para a Antiguidade Clássica e, daí, atravessa uma antítese – a Idade Média, o tempo das “trevas” – para logo voltar a “evoluir” até a chegada da Civilização Ocidental iluminista e libertária, a síntese hegeliana.

No caso do “marxismo evolucionista vulgar”, segundo as palavras de Benjamin, ainda mira uma inexorável “evolução” no devir, pois haverá um tempo, num futuro ainda não avistado, mas sempre esperado, no qual a humanidade evoluirá tanto que atingirá o tão sonhado igualitarismo, a sociedade sem classes. Além da “evolução” ideológica, essa história também é eurocêntrica, pois sempre começa na barbárie do Oriente e vem “evoluindo” em direção ao Ocidente.

Essa visão da história do progresso começou a ser substituída no início do Século XX pela história como catástrofe, decorrência do colapso da razão. Foi quando emergiu na Alemanha um grupo de pensadores influenciados por Nietzsche, que passou a

substituir a história totalizante por algo novo, relacionado à “desformalização” do tempo contínuo.

Destacamos quatro deles, por terem as respectivas obras dialogando entre si: Ernest Bloch (1885-1977), autor de *Espírito da Utopia* e *O Princípio Esperança*; Franz Rosenzweig (1886-1929), autor de *Estrela da Redenção*; Walter Benjamin (1892-1940), autor de *Passagens* e das teses “Sobre o Conceito de História”; e Gershom Scholem (1897-1982), autor de *Zohar - O Livro do Esplendor* e de uma vasta obra sobre judaísmo. Eram todos filósofos, místicos e profundamente influenciados pelas tradições judaicas⁸. Também se engajaram no movimento sionista – exceto Benjamin. Rosenzweig e Bloch influenciaram na fundamentação do pensamento de Benjamin. Scholem, por sua vez, era seu amigo e correspondente⁹.

Rosenzweig foi o primeiro a colocar-se em campo oposto a Hegel. Buscou desconstruir o historicismo, a história como continuidade do progresso, a linearidade do tempo, a causalidade histórica. Nietzsche já fazia críticas ao progresso e à história totalizante, a qual detratou por “antiquária”, mas não conseguiu elaborar de forma clara um conceito que superasse Hegel. Rosenzweig, sim. Ele tinha uma perspectiva da História metafísica, apresentando o homem dentro da moralidade. Ele então propõe uma série de categorias semelhantes às da teologia, criando uma nova categoria do tempo, o “instante messiânico”, o “instante trampolim” -- de salto, da descontinuidade, do corte da história (CANTINHO, 2011, pág. 98 e 99).

Depois veio Ernest Bloch, um marxista, também com críticas à história como progresso. Para ele, história como progresso falsificava a realidade, pois era racional. E das ruínas da razão

⁸ Observa Leandro Konder (1992): “Benjamim precisou da teologia porque constatou que a visão da história trazida, inclusive pelos materialistas históricos, era uma visão que escamoteava o caráter problemático da história que se manifesta nas imagens dialéticas”.

⁹ Estudiosos da obra benjaminiana, como Michael Löwy, destacam a influência de Rosenzweig e o diálogo com Bloch no pensamento de Benjamin. Scholem, por sua vez, foi amigo e correspondente de Benjamin, como também de Hannah Arendt. Em obra recente, Pierre Bouretz (2011) inclui a relevância de outros pensadores judeus, como Hermann Cohen (1842- 1918), Martin Buber (1878- 1965) e Emmanuel Levinas (1906-1995).

histórica, na ideia da falência do progresso, Bloch propõe a *utopia* como categoria histórica. A utopia revolucionária em Bloch é messiânica, mas não religiosa. Não desanda em teologia, mas tenta dialogar com o materialismo histórico. Quando Benjamin leu *Espírito da Utopia*, ficou impressionado. Fascinou-o descobrir as categorias messiânica e utópica na história; depois, criticá-la por suposta resignação com os princípios revolucionários do marxismo. Três décadas mais tarde, em *O Princípio Esperança*, Bloch procurou corrigir seu próprio utopismo resignado da juventude acrescentando uma nova categoria histórica, a *esperança* – esta sim, ancorada na ação política. Em suas derradeiras obras, Hannah Arendt faria considerações críticas ao suposto determinismo evolucionista Bloch¹⁰.

O interesse de Benjamin por história aparece muito cedo, em 1914, no texto *Vida de Estudante* (Apud. CANTINHO, 2011, pág. 104). Quando ele vai fazer a tese de doutorado, abandona de vez o tema do messianismo como tarefa infinita da História e passa a pensar numa redenção política a partir do materialismo dialético. Como dito, Rosenzweig e o jovem Bloch falam em redenção no futuro messiânico, ou seja, de uma esperança em um mundo melhor, mas sem ação política. Explica Löwy:

A filosofia de Benjamin se apoia em três fontes muito diferentes: o Romantismo alemão, o messianismo judaico

e o marxismo. Não se trata de uma combinação ou 'síntese' eclética dessas três perspectivas (aparentemente) incompatíveis, mas da invenção, a partir destas, de uma nova concepção, profundamente original (LOWY, 2005, pág. 17).

Assim, Benjamin veio a propor uma nova categoria no campo da História, a temporalidade messiânica. Ele partiu do instante messiânico proposto por Rosenzweig, a desformalização do tempo, no qual o tempo linear e contínuo será desconstruído. Benjamin diz que a tarefa do historiador seria dar forma ao reino messiânico. A esta altura, já não estava influenciado mais pela metafísica judaica, mas por Nietzsche em suas críticas à História totalizante.

Benjamin encontrou na obra de Marcel Proust, de quem foi tradutor e leitor obcecado, os fundamentos da compreensão do conceito de *mimesis* (memória). Benjamin observou que Proust, em sua busca pelo tempo perdido¹¹, não se propôs a simplesmente revelar suas memórias, nem o acontecido tal qual teria ocorrido. Mas sua proposta foi a de buscar analogias e semelhanças entre o passado e o presente, relembrar os acontecimentos e subtraí-los às contingências do tempo em uma metáfora. Concluiu Benjamin, no ensaio "A Imagem de Proust":

¹⁰ Em conferência no início da década de 1970, Bloch havia sugerido que o movimento de protesto estudantil não estava limitado aos seus objetivos conhecidos, mas abrangeria princípios derivados da "lei natural". Ele disse que, agindo, os estudantes estavam fazendo uma importante contribuição "à história das revoluções e muito provavelmente para a estrutura das revoluções vindouras". Em Crises da República, Arendt respondeu: "O que Bloch chama de 'lei natural' é aquilo que eu me referia quando falei da notável coloração moral do movimento. No entanto eu acrescentaria - e neste ponto eu não concordo com Bloch - que alguma coisa parecida acontece com todos os revolucionários. Se você se atém à história das revoluções, verá que nunca foram os próprios oprimidos e degradados que mostraram o caminho, mas aqueles que não eram degradados e oprimidos e não podiam suportar que os outros o fossem. Simplesmente eles estavam envergonhados de admitir seus motivos morais - e esta vergonha é bem antiga. (...) Sobre a questão da 'revolução vindoura', na qual Ernest Bloch acredita e que eu não sei se realmente virá, nem que estrutura terá caso venha, eu gostaria de dizer o seguinte: Há, é verdade, uma vasta série de fenômenos dos quais se pode imediatamente dizer que pertencem, à luz de nossa experiência (...) aos pré-requisitos da revolução - tais como ameaça de colapso do maquinário do governo, seu solapamento, a perda da confiança no governo por parte da população, a falência dos serviços públicos, e inúmeros outros". Hannah Arendt. Crises da República. Op. cit., pág. 176 e 177.

¹¹ Marcel Proust. Em Busca do Tempo Perdido, de sete volumes (1913-1927), que Benjamin traduziu para o alemão.

mais explicitamente, com a definição de Coil e Brown (1961):

O verdadeiro leitor de Proust é constantemente sacudido por pequenos sobressaltos. Nessas metáforas, ele encontra a manifestação do mesmo mimetismo que o havia impressionado antes, como forma da luta pela existência, travada pelo autor nas folhagens da sociedade.

[...]

Pois o acontecido vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois (...) A eternidade que Proust nos faz vislumbrar não é a do tempo infinito, e sim do tempo entrecruzado. Seu verdadeiro interesse é consagrado ao fluxo de tempo sob sua forma mais real, e por isso mesmo mais entrecruzada, que se manifesta com clareza na reminiscência (internamente) e no envelhecimento (externamente) (BENJAMIN, 1994, pág. 45).

O pensador, então, buscou ampliar a visão sobre a *mimesis*. Ele distingue dois momentos principais da atividade mimética: não apenas reconhecer, mas produzir semelhanças. Ou seja, a memória conserva os traços gerais do acontecido, mas a imaginação modifica e amplia. Assim, lembrar não seria apenas reviver o passado, reconstitui-lo tal qual ele foi – ou acredita-se que tenha sido. Mas seria a reconstrução das experiências passadas no tempo presente.

Há aí um forte apelo moral, ou seja, de interpretação e aplicação moral no cotidiano atual dos ensinamentos ocultos na narrativa histórica, o que coaduna com a definição de Maçonaria apresentado anteriormente e, ainda

A Maçonaria é uma ordem fraternal de homens ligados por juramento; decorrente da fraternidade medieval de maçons operativos, aderindo a muitas de suas antigas regras, leis, costumes e lendas, leais ao governo civil em que ela existe; **que inculca as virtudes morais e sociais pela aplicação simbólica dos instrumentos de trabalho dos pedreiros e por alegorias, palestras e obrigações**; cujos membros são obrigados a respeitar os princípios de amor fraternal, igualdade, ajuda mútua e assistência, sigilo e confiança; têm modos secretos de reconhecimento de para com outro, como maçons, quando viajando pelo mundo, e se encontram em Lojas, cada uma governada autocraticamente por um Mestre, assistido por Vigilantes, onde peticionários, após investigação particular em suas qualificações mentais, morais e físicas, **são formalmente admitidos na Sociedade em cerimônias secretas baseadas em parte em velhas lendas da Arte Maçônica**. (Grifo nosso). (Coil's Masonic Encyclopedia, COIL & BROWN, 1961, p. 158).

É o próprio Benjamin quem explica:

É importante o historiador materialista distinguir, com máximo rigor, a construção de um estado de coisas histórico daquilo que se costuma denominar sua "reconstrução". A "reconstrução" através da

empatia é unidimensional. A "construção" pressupõe "destruição" (BENJAMIN, 2009, pág. 510).

Com a palavra, Gagnebin:

A originalidade da teoria benjaminiana está em supor uma história da capacidade mimética. Em outras palavras, as semelhanças não existem em si, imutáveis e eternas, mas são descobertas e inventariadas pelo conhecimento humano de maneira diferente, de acordo com as épocas. (...) A sua tese principal é que a capacidade mimética humana não desapareceu em proveito de uma maneira de pensar abstrata e racional, mas se refugiou e se concentrou na linguagem e na escrita (GAGNEBIN, 1993, pág. 98).

A partir dessa premissa, ele, então, propôs reconstruir a memória como meio de nos relacionarmos com o passado. Um dos pontos nevrálgicos do pensamento benjaminiano está justamente em sua visão teórica original de conceitos como narrativa e *mimesis*. A memória pode servir como relevante fonte da narrativa histórica. É preciso, contudo, tomar cuidado em não confundir memória com História. Para Benjamin, o registro da memória é mais aberto, aceita os testemunhos e as imagens (e não só a escrita burocrática), aceita inclusive a visão dos vencidos.

O golpe de mestre de Benjamin foi retomar de Aristóteles a questão da rememoração. Ou seja, a memória como processo seletivo de rememoração. É essa a categoria "mágica" com a qual conseguimos nos libertar do tempo linear e dar um salto para o tempo. Rememorar é buscar a experiência pelas

correspondências, não pela exatidão.

Mestre Benjamin foi ainda mais longe em suas observações sobre *mimesis*. Ele propôs utilizar outra instância do tempo, a pensar na história a partir do *tempo-do-agora*. E no *agora*, procurar o *tempo-do-outro*. Para ele, o *outro* é um momento do passado, mas não é passado. O *agora* remete para este instante, mas sem a homogeneidade do presente. Quanto ao futuro, ora, para Benjamin, ele existe apenas como uma possibilidade, jamais como uma "inevitabilidade científica", como o futuro das Filosofias da História. Enfim, a história de Benjamin não é linear, causal, como nas Filosofias da História, mas um tempo saturado de *agoras*.

Para fazer a ligação entre o tempo-do-agora com o tempo-do-outro, Benjamin propõe o conceito do "lampejo" – ou "relampejo", como o termo vem sendo usado nas traduções brasileiras. O relampejo tem a ver com momento que a dimensão do tempo se rompe. O instante do salto. Relampejo leva à imagem dialética que faz desintegrar ideia da continuidade, da linearidade e da causalidade.

Benjamin valoriza um sonho como um espaço que lhe permite ascender às reminiscências e, portanto, ao *outro*. Reminiscências são as recordações, como as lembranças de Proust em sua busca pelo tempo perdido. Relampejos, por sua vez, são as imagens dialéticas. De acordo com Benjamin, "nos domínios de que tratamos aqui, o conhecimento existe apenas como relampejos. O texto é o trovão que segue ressoando por muito tempo" (BENJAMIN, 2009, pág. 449).

Assim, de acordo com sua proposta, temos que olhar para o passado a partir do *agora*. É o *agora* que vai olhar para o *outro*, como também para o futuro. É o tempo no qual o historiador encontra-se vivendo e buscando os sentidos da História. E é nesse tempo saturado de *agoras* que surge o relampejo, a passagem "mágica" para o mundo dos sonhos. "*O presente determina no objeto do passado o ponto onde divergem sua história anterior e sua história posterior, a fim de circunscrever seu núcleo*" –

explica Benjamin (209, pág. 518).

Por essa razão, ao reconstruir os acontecimentos do passado, constrói-se o presente. E os rastros do passado no presente podem influir na construção do futuro. Em outras palavras, a História se preocupa com as mudanças, com as temporalidades. E a memória é fundamentalmente uma reconstrução, o entrelaçamento dessas três temporalidades de forma descontínua, de acordo com a proposta de Benjamin. E essa descontinuidade temporal é a memória.

Para o pensador, como a história não é contínua, linear, sequencial, também é esquecimento. Proust já havia mostrado a Benjamin que a memória é sempre seletiva na construção do passado, e que é também a partir do esquecimento – tema este que já havia sido abordado por Nietzsche – que os fatos abrigados pela memória são reconstruídos. A memória, por sua vez, é reconstruída tanto através do lembrar, como do esquecer.

Vale ressaltar mais uma vez que a História em Benjamin é também política, pois busca restaurar a justiça. Assim, o lembrar de Benjamin significa também lembrar os vencidos, salvá-los do esquecimento. Em Benjamin, rememoração é sempre uma porta de acesso à experiência autêntica, que para ele vem sempre da tradição, da narrativa oral. Na Tese 6 “Sobre o conceito de História”, Benjamin fala do momento da rememoração. Trata-se de um dos trechos mais conhecidos do pensador:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do

passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento (BENJAMIN, 1994, pág. 224).

Em outras palavras, para Benjamin, o perigo ameaça tanto a tradição quanto o faz a história que só conta o lado dos vencedores, das classes dominantes. A única forma de recuperar a tradição é contar a história dos vencidos. Assim, nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer – porque não serão rememorados. Esse é o inimigo que não tem cessado de vencer. Já no ensaio “O Narrador”, ele é claro quando fala da perda da experiência e da transmissão da tradição dos que vão à guerra e voltam mudos. O choque quebra a experiência.

É exatamente isso que ocorre na Maçonaria, cujas alegorias giram em torno de um pedreiro assassinado, de uma palavra perdida, de um templo destruído, e, em graus de muitos ritos, de um Grão-Mestre queimado vivo na fogueira, uma Ordem dizimada, um rei deposto e cujos olhos são arrancados, dentre outros¹². E assim, pela história de derrotados, anônimos e dominados, a tradição maçônica persiste às brumas dos séculos.

A tradição judaica guarda um conceito de memória singular, expressado pela palavra zakhor. Significa desperta, lembra – no imperativo. Não se trata da rememoração contida em Baudelaire ou em Proust. Mas um lembrar dentro de um contexto profundamente político, uma categoria ética da tradição judaica, de lutar contra o esquecimento. Tarefa tem conotação de missão, de trabalho

¹² Um pedreiro assassinado: Hiram Abiff; uma palavra perdida: a senha de Mestre; um templo destruído: o templo de Salomão; um Grão-Mestre queimado vivo: Jacques de Molay; uma Ordem dizimada: Ordem dos Templários; um rei deposto e cujos olhos são arrancados: Zedequias. Todos esses personagens derrotados ganham destaque na narrativa maçônica, similarmente ao conceito de História Integral, de Benjamin.

missionário, da obrigação de resgatar as gerações passadas através da rememoração. Logo na tese 2, "Sobre o Conceito de História", Benjamin fala de acordo secreto entre as gerações passadas e as gerações do tempo presente:

(...) Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso (BENJAMIN, 1994, pág. 223).

Acordo secreto entre gerações é para Benjamin obrigação de rememorar gerações passadas para as gerações do presente. Tem a ver com ética, obrigação de salvar do esquecimento os que nos antecederam. Tem a ver com o conceito judaico de *zakhor*, rememorar como missão. Algo muito próximo do compromisso maçônico de não modificar os rituais, preservando-os em sua forma e a salvo dos não escolhidos para guardá-lo, transmitindo-os assim como os recebeu aos sucessores. Segundo Benjamin, o historiador é o que tem a obrigação disso. Nesse caso, cada maçon é um historiador em potencial das narrativas a que tem acesso.

Benjamin diz várias vezes em sua obra que é preciso preservar a tradição. Diz isso, por exemplo, em carta a Gershom Scholem, de 1938, no qual comenta que queria retomar a tradição pela teologia¹³. Em sua penúltima tese "Sobre o conceito de História", a 17, Benjamin defende a exigência de restituir justiça para os que ficaram

de fora, os "oprimidos", segundo suas palavras, ou seja, os pequenos e os vencidos (BENJAMIN, 1994, pág. 321).

Lembranças dos anônimos

Para Walter Benjamin, o lutar da história é na política, no campo da revolução. Está sempre a pensar na revolução e vê o historiador como alguém que intervém para salvar os esquecidos, promover a redenção. A tarefa do historiador benjaminiano é cultural, mas também uma ação política. E, portanto, uma ação messiânica, o resgate dos esquecidos, através da reconstrução de memórias, por exemplo.

É neste momento que Benjamin apresenta a proposta da História Integral. Trata-se, em suma, da ideia da redenção, a ideia do historiador buscar despertar e reconstruir aqueles que foram esquecidos pelas "fissuras da História", sempre dentro do materialismo histórico. Mas a História Integral é do campo da linguagem, a da prosa liberta – a do cronista como narrador da História – que busca a redenção dos esquecidos.

Benjamin defendia um modelo de História "integral" tanto para representar o pequeno, o perdedor, o anônimo, quanto para reconstituir os acontecimentos em seus detalhes, mesmo que pareçam insignificantes. Assim, Benjamin escolheu o cronista porque ele representa a história "integral". No ensaio "O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov" (BENJAMIN, 1994, págs. 197 a 221), de 1936, Benjamin apresenta o escritor russo Leskov, assim como Franz Kafka e Anna Seghers, como as figuras modernas do cronista-narrador. O outro legado benjaminiano foi o de buscar reconstruir a relevância do tradicional narrador oral como fonte de pesquisa histórica. Em um de seus trechos mais conhecidos, Benjamin lembra:

¹³ Em carta a Gershom Scholem, Walter Benjamin comenta o livro Kafka, biografia do escritor (que também era judeu e alemão nascido em Praga), produzida por outro judeu-alemão, Max Brod. Publicada em: Revista Novos Estudos nº 35. São Paulo: Cebrap, 1993, p. 100-103. Disponível em meio digital. Acesso em: 17/11/2013. http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/69/20080625_carta_a_gerschom.pdf

(...) O narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acerto de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia). (Grifo nosso)

A experiência que passa de pessoa em pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos (BENJAMIN, 1994, pág. 198).

Na Maçonaria, em especial nos ritos e rituais anglosaxônicos, há um momento especial em cada narrativa, chamado de "A Exortação". Trata-se de uma intervenção, um discurso final com o objetivo de despertar, de reconstruir, de inculcar na mente dos espectadores a chama do que realmente importa naquela história imaginária, ou, melhor dizendo, não tão imaginária assim, a ponto das lições e valores ali presentes poderem refletir na vida dos espectadores. É a experiência que passa de pessoa em pessoa, a qual Benjamin se refere, e que faz com que, no caso maçônico, a luz maçônica possa brilhar sobre outra pessoa, sem apagar, jamais.

Considerações Finais

O estudo evidencia a Maçonaria como uma escola baseada nas fontes pré-filosóficas, representações, símbolos, lendas e alegorias, apontadas por Ricoeur como eficazes no cumprimento da missão de narrar histórias de modo poético e fragmentado – modelo que complementa a proposta anterior defendida por Benjamin em seu conceito de História Integral,

dando à história um papel político e social de transmitir ensinamentos morais, objetivo esse principal da ordem maçônica. Assim, cabe aos rituais maçônicos alcançar consequências que vão além das colunas de seus templos, impactando as vidas dos maçons, de seus próximos e da sociedade em que estão inseridos.

Entretanto, se por um lado a Maçonaria narra suas histórias em prol dos esquecidos e derrotados, por outro os sistemas filosóficos que predominaram no Ocidente nos últimos dois séculos, com suas respectivas dialéticas, Iluminismo hegeliano, positivismo e marxismo – aos quais Benjamin tratava por "evolucionismo vulgar" -- parece sobrepujar as reflexões sobre seus ensinamentos, prevalecendo no cotidiano maçônico o mesmo culto ao personalismo e a mesma desigualdade da sociedade de homens médios, ganhando esses também seus símbolos na instituição, por meio de paramentos cada dia mais dourados e distantes do simples avental branco de pele de cordeiro, e títulos cada vez mais compridos e pomposos.

Esperamos que cada maçom consiga vencer as barreiras imaginárias dos títulos que os graus galgados em cada rito e ordem maçônica concedem – *mutatis mutandis*, mero evolucionismo vulgar --, promovendo profundas reflexões sobre os íntimos ensinamentos que todo ritual oculta, transformando-se, assim, num legítimo investigador saber, um amante do autoconhecimento. Enfim, aquilo que o velho Sócrates definia como um filósofo no mais puro sentido do termo.

Referências Bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *Crises da República*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.
- ARISTÓTELES. *Metafísica - Livro IV*. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Passagens*. Org. Willi Bolle, Trans. Irene Aron, Cleonice Paes Barreto. Belo Horizonte: Ed.

UFMG, 2009.

_____. *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. Trad. Monica Krausz Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo; São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2009.

BLOCH, Ernest. *O Princípio Esperança* – Vol. 1. Trad. Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto, 2005.

_____. *The Spirit of Utopia*. Stanford, Califórnia, USA: Stanford University Press, 2000.

BOLZ, Norbert W. Filosofia da História de Walter Benjamin. Trad. George Bernard Sperper. *Dossiê Walter Benjamin*, n. 15, p. 25-37, 1992.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURETZ, Pierre. *Testemunhas do Futuro: Filosofia e Messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CANTINHO, Maria João. Walter Benjamin e a história Messiânica. Contra a visão histórica do progresso. *Revista Philosophica*, n. 37, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, Ed. Clibri, 2011.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra, Almedina, 2009.

COIL, Henry Wilson; BROWN, William M. *Coil's Masonic Encyclopedia*. New York: Ed. Macoy, 1961.

EAGLETON, Terry. *Walter Benjamin – rumo a uma crítica revolucionária*. Fortaleza: Omni, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie Gagnebin. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

_____. Do Conceito de *Mimesis* no pensamento de Adorno e Benjamin. In: *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 13. São Paulo : Universidade Estadual Paulista, UNESP, 1993.

_____. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GUNN, Joshua. Death by Publicity: U. S. Freemasonry and the Public Drama of Secrecy. *Rhetoric & Public Affairs*, Vol. 11, No. 2, pp. 243-277, 2008.

JUNG, Carl Gustav. *Símbolos e interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

KONDER, Leandro. É preciso Teologia para pensar o fim da História?. *Dossiê Walter Benjamin*, Revista da USP n. 15, p. 37, 1992.

LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Trad.: Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

PRESTON, William. *Illustrations of Masonry*. New York: Masonic Publishing and Manufacturing Co., 1867.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo 1*. Campinas: Papirus, 1994.

_____. *A memória, a história e o esquecimento*. 2ª reimpressão. Campinas: Unicamp, 2010.

ZELDIS, Leon. Illustrated by Symbols. New York, NY: *Philalethes, The Journal of Masonic Research & Letters*, Vol. 64, n. 02, p. 72-73, 2011.